
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MCT)

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE PROVAS – PARTE II

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGOS:

ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B3)
ANALISTA EM C&T JUNIOR I (E1)
ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (E5)

Aplicação: 30/11/2008

ATENÇÃO!

- » Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de provas.
- » Nesta parte do seu caderno de provas, que contém os itens relativos à prova objetiva de **Conhecimentos Específicos**, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, no rodapé de cada página numerada desta parte do caderno de provas, confira o seu nome e o código do seu cargo.

AGENDA (datas prováveis)

- I **2/12/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **3 e 4/12/2008** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **30/12/2008** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.
- IV **2 e 3/1/2009** – Recursos (prova discursiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- V **26/1/2009** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de documentos para a avaliação de títulos: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 15 do Edital n.º 1 - MCT, de 28/8/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **71 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, de acordo com os ditames da Constituição Federal (CF).

- 71** A pesquisa tecnológica voltar-se-á exclusivamente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- 72** É vedado aos estados e ao Distrito Federal (DF) vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- 73** A CF prevê expressamente que a floresta amazônica brasileira, a mata atlântica, a serra do Mar, o pantanal matogrossense e a zona costeira são patrimônio nacional, e sua utilização será feita dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- 74** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar exclusivamente os direitos à previdência social.
- 75** O princípio da livre concorrência previsto na CF impede que haja tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.
- 76** O plano plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Um servidor de determinado órgão público federal dispensou licitação fora das hipóteses previstas em lei e contratou diretamente empresa de informática para o fornecimento de programas de computadores e assistência técnica. A empresa beneficiada pertencia a um amigo pessoal do referido servidor. Diante desse fato, foi instaurado pelo Ministério Público inquérito civil público visando apurar os fatos, concluindo-se, ao final, que o servidor praticou ato de improbidade administrativa previsto na Lei n.º 8.429/1992.

Considerando a situação hipotética, julgue os itens a seguir, com base na doutrina e nas normas que disciplinam a matéria.

- 77** Caso seja condenado, o servidor mencionado poderá ser penalizado com a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, entre outras sanções.
- 78** A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- 79** O dono da referida empresa de informática pode ser réu na ação de improbidade e ser penalizado por uma das sanções previstas na Lei n.º 8.429/1992.

Julgue os itens seguintes, com relação a licitações e contratos administrativos.

- 80** O regime jurídico dos contratos administrativos veda a alteração unilateral dos contratos por parte da administração, sob pena de violação ao princípio da isonomia.
- 81** A nulidade do contrato administrativo não exonera a administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado, até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, ainda que ao contratado seja imputável a causa da nulidade.
- 82** É inexigível a licitação para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

Acerca da extinção das obrigações, julgue os itens seguintes.

- 83** Em regra, não tendo sido ajustada a época para o pagamento, pode o credor exigi-lo imediatamente.
- 84** A quitação de uma dívida é ato que compete ao respectivo credor.
- 85** O pagamento feito ao credor putativo, ainda que de má-fé o devedor, considera-se válido.

A respeito das espécies de sociedades, julgue os itens a seguir.

- 86** A forma limitada pode ser adotada apenas por sociedades com objeto empresarial.
- 87** A representação das companhias compete à assembléia geral.

Quanto à propriedade intelectual, julgue os itens seguintes.

- 88** A patente é o ato específico de registro de invenções, de modelos de utilidade e de marcas.
- 89** É imprescritível a ação de nulidade do registro de marcas.

Com relação aos contratos, julgue os itens subsequentes.

- 90** O contrato preliminar, exceto quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais do contrato a ser celebrado.
- 91** Nos contratos sinalagmáticos, nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento do outro.
- 92** A fiança pode ser estipulada, ainda que sem o consentimento do devedor principal ou mesmo contra a sua vontade.

Acerca do direito tributário brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 93** Considere que certa autarquia municipal exerce as funções de fiscalizar e cobrar o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) há cerca de dezoito anos. Nesse caso, as referidas atribuições não podem ser revogadas por ato unilateral do município competente e sem a prévia anuência da autarquia municipal.
- 94** Suponha que determinado município instituiu a cobrança de valor a ser pago juntamente com o carnê do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), em razão da prestação dos serviços de limpeza urbana. Nesse caso, o mencionado tributo é considerado uma contribuição de melhoria.

- 95** O imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) é um imposto indireto, uma vez que a carga financeira é suportada pelo contribuinte de fato.
- 96** É lícita a instituição de taxa de inspeção sanitária, a ser cobrada de restaurantes, bares e congêneres, a qual não poderá ser calculada em função do capital das respectivas empresas.
- 97** A redução de percentual de multa em virtude do descumprimento de obrigações tributárias acessórias somente poderá ser veiculada por lei.
- 98** Os atos do sujeito passivo que visem a dissimular a ocorrência do fato gerador do imposto de renda podem ser anulados ou desconstituídos pela autoridade administrativa competente.

Julgue os itens seguintes acerca do direito penal.

- 99** Considere a seguinte situação hipotética. Mário recebeu de boa-fé uma nota de R\$ 100,00 falsificada, acreditando que se tratava de cédula legítima. Após reconhecer a falsidade, para evitar o prejuízo, utilizou a nota para efetuar a compra de um refrigerante em uma padaria, tendo recebido o troco em cédulas verdadeiras. Nessa situação, Mário não cometeu fato criminoso.
- 100** Considere que Daniel, servidor público ordenador de despesas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, tenha empregado verba pública, destinada por lei à pesquisa científica, para a aquisição de aparelhos de ar-condicionado para a sede daquele órgão. Nessa situação, como Daniel não se apropriou dos valores, empregando-os para atender ao interesse público, não cometeu fato criminoso.
- 101** A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o réu, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que haja condenação por sentença transitada em julgado.
- 102** Segundo o Código Penal, o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal, a coação irresistível e a obediência hierárquica são excludentes de ilicitude.
- 103** Segundo entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

Com relação a direito processual penal, julgue os próximos itens.

- 104** Segundo a jurisprudência do STJ, é inadmissível a interposição de recurso em sentido estrito contra decisão que indefere o pedido de produção antecipada de prova, ainda que se identifique no caso concreto a necessidade dessa providência processual, uma vez que essa hipótese não se enquadra entre aquelas taxativamente previstas no art. 581, do Código de Processo Penal.
- 105** É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.
- 106** Em regra, a competência pelo lugar da infração será determinada pelo local em que se consumar o delito, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- 107** O procedimento comum sumário será adotado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for inferior a 6 anos de pena privativa de liberdade.
- 108** Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder por escrito à acusação.

A respeito das disposições constitucionais da seguridade social, julgue os itens subseqüentes.

- 109** A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados e do DF, estando os municípios excluídos do custeio de valores para o pagamento de benefícios previdenciários.
- 110** A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Acerca do custeio da seguridade social, julgue os itens a seguir.

- 111** As ações públicas destinadas ao implemento das prestações nas áreas de saúde, assistência social e previdência social independem de contribuição específica por parte dos beneficiários.
- 112** Constitui receita da seguridade social parte dos valores arrecadados em leilões dos bens apreendidos pela Receita Federal.

Com relação a prestações em geral da seguridade social, julgue os itens que se sequeem.

- 113** A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao regime geral de previdência social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- 114** Segundo a jurisprudência do STJ, para a concessão de pensão previdenciária por morte, aplica-se a lei vigente na data do requerimento administrativo feito pelo beneficiário, ainda que outra norma estivesse em vigor na data do óbito do segurado.

Acerca do direito internacional público, julgue os itens seguintes.

- 115** Segundo a CF, cabe ao Poder Judiciário negociar a elaboração de tratados internacionais sobre cooperação judiciária.
- 116** O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas se compõe de quinze membros, sendo seis deles permanentes.
- 117** O protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no MERCOSUL dispõe que podem ser estabelecidos mecanismos relativos à solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão.
- 118** No âmbito da Organização Mundial Comércio (OMC), é permitido à Conferência Ministerial decidir a derrogação de uma obrigação de um membro em virtude do acordo constitutivo da OMC.
- 119** As normas costumeiras de direito internacional são consideradas normas *ius cogens*.
- 120** O território determinado é um dos requisitos para que o Estado seja considerado pessoa de direito internacional.

